

Boletim Número 89**Data: Julho – Agosto – Setembro/2021****EDITORIAL**

O Boletim de nº 89 chega com os assuntos de destaque na América Latina nestes três meses de 2021, referentes a esta publicação. Destacamos no presente boletim, como que a crise econômica e sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 acentuou as desigualdades sociais já existentes e as medidas necessárias para que os países se recuperem das consequências deixadas por ela. Também trazemos quais as razões que mobilizam uma pequena parcela da população da América Latina a não se vacinarem, mesmo a vacina se configurando como um dos caminhos para a recuperação econômica, como já exposto em boletins anteriores. Salientamos os desafios e limites políticos das manifestações anti-Bolsonaro e comemoramos o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, que ocorreu no dia 25 de julho.

A equipe do PROEALC se faz presente na seção “Espaço Aberto”. As bolsistas pesquisadoras Brena Ferreira e Gabriela Morello trazem reflexões sobre a última edição das manifestações do Grito dos Excluídos no Brasil, destacando a importância do movimento em momentos de crescente usurpação, como o que estamos vivenciando. Por último, trazemos a agenda acadêmica, com eventos online, lives e afins do trimestre e indicações de lançamentos de livros, coletâneas e filmes, com temas de relevância para a América Latina e Caribe.

Desejamos a todos boas reflexões e uma boa leitura.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
E Bolsistas Pesquisadores do PROEALC

*Em Foco I****Por uma agenda de recuperação verde e inclusiva no Brasil***

Por Debora Freire, Laura Carvalho e Manoel Pires
14/09/2021

A pandemia criou uma grande distância entre os mais vulneráveis e as classes mais abastadas, aumentando a desigualdade social e a pobreza. Um estudo recente do FMI mostra que os efeitos de longo prazo da pandemia serão bastante elevados e se decompõem em duas vertentes.

A primeira vertente está associada à demanda. Países que possuem uma parcela importante do PIB associada ao setor de serviços, mais intensivo em mão de obra, tendem a se recuperar mais lentamente, e o mercado de trabalho poderá sofrer por mais tempo. Em virtude disso, há

necessidade de políticas assistenciais e de geração de emprego que contenham o aumento da pobreza enquanto as economias não se normalizam.

A segunda vertente está associada ao lado da oferta, por conta da redução no processo de acúmulo de capital humano. Aqui, os problemas decorrem de exclusão tecnológica, que resulta em baixo aprendizado e em abandono escolar. Em ambos os casos, há necessidade de traçar estratégias mitigadoras dos custos econômicos legados pela pandemia, buscando estratégias ativas de inserção social.

Uma estratégia recorrente durante as crises é conciliar seus desafios de curto prazo, em termos de aumento do investimento, do emprego e combate à pobreza, canalizando recursos para atividades com maior possibilidade de crescimento de longo prazo e de geração de bem-estar para a população. A bola da vez é a economia ambiental.

A pandemia, portanto, acelerou a mudança da política econômica nos horizontes de curto e longo prazos em torno de dois elementos: (i) o combate à desigualdade e à pobreza; (ii) a agenda ambiental, que inicia um processo de transição ecológica e se apresenta como um vetor de redução da desigualdade ao criar novos empregos que dão sustentabilidade ao desenvolvimento econômico. Com essa lógica, Estados Unidos, França, Alemanha, Coreia do Sul e outros países articulam planos que combinam o necessário enfrentamento dos custos associados à pandemia com esse novo paradigma de desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos, a prioridade tem sido investir na transição energética. No Brasil, o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa é o uso da terra via desmatamento, o que traz centralidade à questão da proteção da Amazônia e construção de alternativas econômicas sustentáveis para a população da região. Nos últimos anos, o Brasil também tem sofrido na questão energética por causa da elevada instabilidade do regime de chuvas, sendo necessário acelerar a transição da matriz. Essa transição já tem apresentado bons resultados, mas insuficientes.

O ensaio de recuperação no Brasil tem sido um bom exemplo de que, sem estratégias claras de inserção social, a normalização será desigual. A configuração setorial do crescimento recente, puxado pelo setor de commodities, é insuficiente para amenizar a lentidão na recuperação do mercado de trabalho, que, em função dos impactos no setor de serviços, que é intensivo em mão de obra, tem castigado a população de baixa renda, em especial a informal.

A proteção social e a redução das desigualdades se configuram por meio da ampliação dos programas de transferências de renda aos mais pobres. Isso requer a ampliação de recursos para o Bolsa Família. A pandemia trouxe desafios à educação e saúde públicas, de modo que mais investimentos serão necessários para compensar o legado negativo da pandemia. Esses gastos são altamente progressivos em termos da parcela da população atendida.

As estratégias de financiamento combinam vetores que dependem de circunstâncias específicas, como o baixo custo de financiamento da dívida em países desenvolvidos, mas que também envolvem a tributação, principalmente, dos segmentos mais ricos da sociedade. Em muitos casos, isso não é feito pela necessidade do financiamento em si, mas também pela própria ideia de que a desigualdade precisa ser combatida.

No que tange às formas de financiamento de uma estratégia de transição verde que leve em conta tais desafios, é possível combinar recursos públicos e privados, internos e externos, e a regressividade da carga tributária oferece uma oportunidade de ampliação das receitas públicas. Apesar de a carga tributária brasileira ser próxima à média da OCDE, a subtributação da renda dos mais ricos cria uma possibilidade de elevação substancial da arrecadação, sem onerar a maior parte da população.

Recentemente, o Governo Federal propôs a tributação de lucros e dividendos, atualmente isentos do imposto de renda. Segundo a Receita Federal, são R\$ 400 bilhões isentos de imposto. A renda de lucros e dividendos responde por uma parcela muito significativa da renda dos mais ricos. O 0,1% mais rico possui mais de 50% da renda declarada associada a essa fonte de remuneração, o que gera uma grande isenção fiscal para essa camada social. Além disso, é possível ampliar a progressividade do sistema criando alíquotas marginais mais elevadas no imposto de renda de pessoa física. Destaca-se também a necessidade de avançar na discussão de tributos de caráter ambiental.

Uma pesquisa do Cedeplar/UFMG simulou os efeitos da ampliação dos programas de transferência de renda financiados com o aumento da tributação sobre o topo da distribuição, em especial aqueles que recebem renda mensal superior a 30 salários mínimos. Os resultados mostraram que a ampliação das transferências de renda aos mais pobres, financiado com a tributação sobre os mais ricos, resulta em maior crescimento do PIB, puxado por consumo e investimento.

Todas as frentes de atuação pública são intensivas em gasto público, e existem alguns vetores de arrecadação que permitem ampliar gastos meritórios e tornam a sociedade mais igualitária. Isso não quer dizer que não possamos eventualmente tornar o gasto público que já existe mais eficiente. Isso é necessário. Mas a demanda por esse gasto é maior do que a velocidade de realocação, e muito maior do que a economia que essas reformas possam gerar.

Do mesmo modo, é importante ter claros os limites de cada escolha e montar uma agenda de forma equilibrada a partir do que deve ser entendido entre os principais desafios da sociedade. Consideramos que a miséria, a fome, a falta de emprego e a crise ambiental são os desafios urgentes com os quais precisamos lidar. Vemos as propostas redistributivas e que carregam a preocupação ambiental como um caminho importante a ser adotado diante dessa conjuntura, para vislumbrar um médio e um longo prazos menos perversos.

Link:<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-09-14/por-uma-agenda-de-recuperacao-verde-e-inclusiva-no-brasil.html>

Em Foco II

“Nossos passos vêm de longe”, mas a caminhada ainda é longa para as mulheres negras

Por Márcia Lima
06/08/2021

No mês julho comemorou-se o dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Nessa data, em 1992, foi realizado o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-

americanas e Afro-caribenhas, em Santo Domingo, na República Dominicana. No Brasil, em 2014, a então presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 12.987 criando no dia 25 de julho o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data tem se destacado cada vez mais no debate público, propiciando uma reflexão sobre o papel e a importância das mulheres negras na sociedade brasileira, suas conquistas e desafios. tratando da questão da mulher negra sob múltiplas dimensões, chamando atenção para a ideia de amefricanidade. Suas reflexões sobre a mulher negra focam a análise da mãe-preta, da empregada doméstica e da profissão de mulata, representações fortemente marcadas pela exploração econômica e pela subordinação racial e sexual.

Começando pelos avanços, é impossível abordar esse tópico sem citar a já clássica frase de Jurema Werneck, atual diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil: “Nossos passos vêm de longe”. A existência de associações negras compostas unicamente de mulheres ou sua participação ativa em organizações em prol da justiça racial são de longa data. Entretanto, desde o início dos anos 80, há um crescimento contínuo e um fortalecimento do ativismo das mulheres negras que contribuíram de forma crucial para a ampliar sua visibilidade no debate público, na pauta das agendas socioeconômica e política. É digno de nota que, em menos de um ano, foram lançadas obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, a biografia de Sueli Carneiro. Djamila Ribeiro ganhou o prêmio Jabuti com um livro que já vendeu mais de 300.000 exemplares. Somam-se a esse feito as traduções para o português de autoras negras consagradas como Ângela Davis e Patrícia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde, dentre outras, demonstrando o crescimento do mercado editorial para o pensamento feminista negro.

O fortalecimento do pensamento feminista negro também contou com uma inflexão importante: a disseminação e o amadurecimento da perspectiva interseccional. Cunhado, nos anos 80, pela advogada e ativista de direitos humanos Kimberle Crenshaw, o termo evoca as experiências das mulheres negras nas quais os marcadores de raça, gênero, classe são acionados de forma a especificar suas trajetórias e vivências que não podem ser enquadradas separadamente como discriminação racial ou como discriminação de gênero. O conceito ultrapassou os estudos e pesquisas de cunho acadêmico, ingressou no debate público e até na agenda das políticas públicas. No Brasil, em período similar, Lélia Gonzalez se dedicou a entender esses entrecruzamentos tratando da questão da mulher negra sob múltiplas dimensões, chamando atenção para a ideia de amefricanidade. Suas reflexões sobre a mulher negra focam a análise da mãe-preta, da empregada doméstica e da profissão de mulata, representações fortemente marcadas pela exploração econômica e pela subordinação racial e sexual.

Por fim, no que concerne aos avanços, há que se destacar outra importante inflexão. A transformação do perfil universitário brasileiro com o ingresso de um número expressivo de discentes oriundos das camadas mais pobres e negras da sociedade, com destaque para o crescimento da inserção feminina. Isso aumentou os coletivos negros, dentro e fora das universidades, ampliando os espaços de participação intelectual e política e fortalecendo ainda mais o feminismo negro. Soma-se a isso o crescimento, ainda que tímido, da representação política, considerada por muitos um “efeito Marielle Franco”, em referência à vereadora assassinada em 2018, que completaria 42 anos no dia 27 de julho.

Por outro lado, quando entramos na seara das desigualdades sociais e das transformações socioeconômicas, nossos avanços são mais tímidos, e, com a pandemia, identificamos

retrocessos. Embora sejam inegáveis os avanços educacionais de uma parcela das mulheres negras brasileiras, há inúmeros fatores que dificultam uma mudança de patamar mais expressiva das desigualdades interseccionais no país.

Na pesquisa sobre desigualdades raciais e covid-19 que coordenei no Afro-Núcleo de pesquisa sobre raça, gênero e justiça racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, foi possível captar como as mulheres negras permanecem vulneráveis às desigualdades sociais. E na pandemia essas desigualdades não estão relacionadas somente à sua gestão (contaminação, óbito e vacinação), mas também à suas consequências econômicas e sociais.

Ao longo dessa crise, as mulheres negras estiveram mais expostas nas linhas de frente de combate à pandemia como agentes comunitárias de saúde, como auxiliares de enfermagem, cuidadoras, trabalhadoras dos serviços de limpeza hospitalar, ocupações que concentram um número expressivo de mulheres desse grupo. No caso das empregadas domésticas, elas viveram dois dramas: a perda do emprego (redução de 24,7% dos postos de trabalho em 2020) ou a exposição ao vírus deslocando-se pela cidade para manter seu sustento e o de sua família (mais de 50% das domésticas são pessoas de referência no domicílio). As mulheres negras têm as maiores taxas de desemprego, recebem 44% da renda de um homem branco e foram o grupo que apresentou a maior taxa de pobreza no ano de 2020.

O último relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em 2020, 61,8 % das mulheres vítimas de feminicídio eram negras. E, embora o perfil das vítimas de mortes violentas intencionais seja composto de homens (91,3%), jovens (54,3%) e negros (76,2%), esse quadro também afeta as mulheres negras. A dor e o medo constantes das mães negras e periféricas, causados pelo desaparecimento e pela morte de seus filhos, são tratados como uma dor menor, como se elas sofressem menos em virtude da violência que as cerca. Kátia, Luciana, Simone, Maria, Vanessa, Mirtes, Rafaela, Jéssica são algumas das mães que enterraram seus filhos e filhas nos últimos doze meses. E é por elas e com elas que o feminismo negro avança no Brasil.

Neste momento, o Brasil celebra as medalhas e a trajetória de Rebeca Andrade. Para mães como Dona Rosa, celebra-se acima de tudo a sua sobrevivência num país onde crianças negras têm suas vidas ceifadas pela violência, pela indiferença e pelo racismo. O Brasil, sistematicamente, impede novas Rebecas através das suas profundas desigualdades de oportunidades que são marcadas por raça, classe, gênero e território.

Link:<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-08-06/nossos-passos-vem-de-longo-mas-a-caminhada-ainda-e-longa-para-as-mulheres-negras.html>

Em Foco III

Manifestações de 2 de outubro: quais são os limites e desafios políticos?

Por Igor Felipe Santos
05/10/2021

A ampliação das representações de partidos do campo da direita não-bolsonarista na jornada do dia 2 de outubro foi o fato novo das manifestações da campanha Fora Bolsonaro, especialmente em São Paulo. Desta vez, se somaram a PT, PCdoB e PSOL, que conduzem a

campanha desde o começo, PDT, PSB, Rede, Solidariedade e representações de Cidadania, DEM, MDB, PL, Podemos, PSD, PSDB, PSL e Novo, que apoiaram a eleição do atual presidente.

O resultado das mobilizações foi protestos em mais de 300 municípios, com manifestações em todas as capitais, que mobilizaram em torno de 700 mil pessoas, de acordo com levantamento dos organizadores. A unidade pelo alto nas manifestações não representou, no entanto, uma massificação da participação nas ruas. Foi bastante expressivo nas capitais e demonstrou capilaridade pelo país, mas manteve o mesmo patamar dos atos organizados antes do dia 7 de setembro. Ou seja, o grosso da mobilização é da militância das forças populares e sua primeira camada de influência nos setores médios progressistas e na juventude estudantil.

A persistência do contingente mobilizado desde 29 de maio contrasta com a dificuldade de mobilizar novos segmentos, mesmo com o avanço da vacinação e a contenção da pandemia, com as ameaças à democracia no 7 de setembro e com a situação da economia, com um alto patamar de desemprego, congelamento da renda e crescimento da inflação. Na verdade, cresce a cada manifestação o peso da participação do perfil mais próximo de militante, enquanto diminui a adesão de pessoas sem vínculos com organizações políticas, sindicais e populares.

A incapacidade dos partidos da direita não-bolsonarista e suas representações de mobilizar seus próprios apoiadores demonstra que a referência de seus eleitores e seguidores em redes sociais é muito frágil, considerando que entraram para valer na mobilização para o ato. Mais um reflexo da dissolução do sistema político brasileiro como representação de segmentos da sociedade. A aposta na criação de um sentimento cívico com a construção de uma maior unidade partidária e ideológica também não deu resultados nas ruas.

A capacidade de mobilização das forças organizadas e o potencial de galvanização na sociedade da palavra de ordem “Fora Bolsonaro, impeachment já” bateram no teto. Diversos analistas que fazem esse diagnóstico interpretam por diferentes prismas seu significado. Há motivos mais conjunturais e outros mais estruturais.

A grande questão, na minha interpretação, é que a sociedade não acredita na capacidade desse movimento de alcançar seu objetivo, afastar o presidente Bolsonaro. O ceticismo é desmobilizador e alimentar falsas ilusões pode, inclusive, aprofundá-lo. Esse problema tem sido recorrente no último período, desde o “Não vai ter golpe”, passando pela luta contra as reformas e a prisão do Lula.

Por outro lado, a campanha contra Bolsonaro não conseguiu englobar pautas populares - sejam econômicas, ideológicas ou por liberdades individuais - para se transformar em um “guarda-chuva” para a emergência de novos segmentos, mesmo com uma certa simpatia da Rede Globo. A atmosfera hiper-politizada dos atos - com carro de som, discursos de lideranças e pelotões por organizações no chão - não é muito acolhedora nem convidativa para quem não tem proximidade com a militância. Esse ambiente retroalimenta o trabalho das organizações, mas é pouco permeável para quem quer simplesmente manifestar sua indignação.

O desafio até o final do ano é manter a unidade da campanha Fora Bolsonaro, superar os atos isolados de uma minoria sectária e intensificar as ações contra o atual governo. O esforço para construir a unidade mais ampla de partidos e organizações da sociedade contra Bolsonaro e pela democracia não apaga o protagonismo realmente existente das forças populares nas manifestações da oposição, que deve atuar para manter esse contingente coeso politicamente e mobilizado nas ruas.

É necessário manter a agitação popular nos locais de trabalho, nos bairros, nas periferias, nas igrejas e nas universidades, incidindo nas camadas mais populares, agregando com a denúncia do desemprego, a queda da renda, o encarecimento dos alimentos, da conta de luz, do gás de cozinha, da gasolina e do aluguel.

Nesse sentido, estão previstas iniciativas em torno de pautas concretas da maioria da população. Os movimentos do campo fazem uma jornada em 16 de outubro para denunciar o crescimento da fome e o aumento do preço dos alimentos, com ações de solidariedade nas periferias das cidades. No 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra em memória de Zumbi dos Palmares, o movimento negro convoca mobilizações em todo o país contra o racismo e por Fora Bolsonaro. Está em construção mais uma mobilização ampla do campo de esquerda, centro e direita pelo afastamento do presidente para o 15 de novembro, dia da Proclamação da República.

A apresentação do relatório final da CPI da Pandemia no Senado Federal, prevista para 19 de outubro, abre uma oportunidade para intensificar as denúncias contra Bolsonaro no país e no exterior pelos crimes que sacrificaram a vida de 600 mil brasileiros. A CPI ganhou um novo impulso nas últimas semanas com as revelações das “experiências” realizadas pela operadora de saúde Prevent Sênior em articulação com o governo federal. Bolsonaro deve ser acusado por crimes como “causar epidemia” (pena de reclusão de 10 a 15 anos) e por “infração de medida sanitária preventiva” (pena de detenção de um mês a um ano), entre outros. Será um momento para aproveitar a repercussão do relatório para fazer agitação contra o presidente, ampliando o seu desgaste e estimulando a participação nas próximas manifestações.

Link:<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/05/analise-manifestacoes-de-2-de-outubro-quais-sao-os-limites-e-desafios-politicos>

Em Foco IV

Medo ou polarização? As razões que alimentam o sentimento antivacina na pandemia da América Latina

*Por Jorge Galindo
26/07/2021*

A maioria dos habitantes da América Latina quer ser vacinada contra a covid-19. Essa é a frase que melhor resume o sentimento geral na região. Mas não é uma maioria esmagadora, nem homogênea, portanto, é insuficiente. Sem dúvida, é insuficiente para todas as pessoas que duvidam ou não querem receber a única coisa semelhante a uma solução real contra a pandemia, pelo menos até hoje: as vacinas adotadas nos países latino-americanos têm se mostrado eficazes e seguras, com efeitos colaterais graves em proporções muito menores do que os desdobramentos severos da doença contra a qual procuram proteger. Elas são as principais vítimas do ceticismo.

Mas também é uma maioria insuficiente para produzir algo parecido a uma imunidade de rebanho. A erradicação completa da covid-19 em curto prazo é uma possibilidade praticamente descartada à luz da extraordinária capacidade de sobrevivência que o vírus está demonstrando, mas cada nova pessoa vacinada lhe rouba opções para continuar em mutação e infectando. Se esses mecanismos de corte de cadeias de contágio (imperfeitos, mas eficazes) não forem distribuídos de forma generalizada, os reservatórios virais permanecerão, afetando com particular intensidade justamente as populações menos vacinadas.

Com a produção mundial aumentando, o abastecimento está gradualmente deixando de ser um problema na maioria dos países da região. O novo desafio da demanda se apresenta de forma muito diferente de país para país: Paraguai, Brasil e os centro-americanos El Salvador, Panamá e Costa Rica são os com a maior proporção de pessoas dispostas a tomar a vacina, de acordo com uma pesquisa periódica mundial realizada divulgado pelo Centro de Dados Sociais da Universidade de Maryland.

No outro extremo encontramos uma mescla de países que possivelmente têm pontuação baixa por causa da alta incidência atual de vacinação (Chile, Uruguai) e outros nos quais se intui que talvez algo mais esteja em jogo. Este parece ser o caso da Bolívia, onde a tendência de vacinação também tem diminuído nos últimos tempos sem que a vacinação efetiva tenha avançado como fez a Argentina. No sul do país austral a disposição também é para baixo, mas permanece a dúvida sobre qual fatia dessa queda se deve ao fato de muitos já terem passado para o grupo dos imunizados e em que medida outros adquiriram novos argumentos para ceticismo.

Os dois gigantes populacionais da região, México e Brasil, mantêm taxas particularmente elevadas de disposição para a vacinação. Na Colômbia a evolução tem sido um pouco mais variável, mas, de todo modo, claramente mais de 80% dos cidadãos estão prontos para receber suas doses desde março, após uma tendência de aumento sustentada que superou o vale de desconfiança observado neste e em outros países no início de 2021.

Essa dinâmica durante a primeira parte do ano sugere que, no início, o ceticismo foi alimentado pela falta de informação ou confirmação sobre a segurança e a eficácia das vacinas. À medida que iam sendo aplicadas, não apenas a centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, como também a conhecidos, amigos, vizinhos, cuidadores e figuras públicas em cada país, a noção de “esperar para ver” vem perdendo protagonismo entre as motivações para dúvidas.

De quase se tornar o motivo mais citado em março, a preferência pela espera caiu no início de junho, enquanto se reduziavam, ao mesmo tempo, as dúvidas sobre a eficácia. Pelo menos na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Colômbia. Mas aqui houve um ponto de inflexão interessante, correspondendo aproximadamente também a um aumento na preocupação com os efeitos colaterais. Não se relaciona com as notícias de raros coágulos sanguíneos verificados na Europa e vinculados à AstraZeneca nem à decisão dos EUA de suspenderem temporariamente a administração da J&J durante o mês de abril, o que é um indício de que as dinâmicas que alimentam ou esvaziam as dúvidas são mais locais do que parecem.

Existe, de fato, uma certa diferença entre os países. Embora os efeitos colaterais e a preferência por esperar dominem em todos os casos, isso se dá com ênfases diferentes. No Chile, preocupam em especial àqueles com dúvidas; e ali, como na Colômbia, a descrença

sobre a viabilidade ainda é alta. A Bolívia, o mais pobre dos considerados, é a única em que o custo pesa (embora a vacina seja gratuita no país). A desconfiança no Governo é baixa apenas no caso brasileiro, provavelmente porque boa parte da implementação da vacinação depende dos Estados, e não necessariamente de Brasília. No resto, a polarização desempenha seu papel previsto em pelo menos 25% dos céticos.

No Chile, por exemplo, a combinação do aumento da vacinação e um pico de contágios que deixaram muitos óbitos quando a maioria da população ainda não estava imunizada rompeu o consenso político com que se iniciou o processo, abrindo espaço para críticas (pouco ou nada baseadas em evidências) específicas à decisão do Governo, de linha conservadora, de optar pela empresa farmacêutica chinesa Sinovac —que produz a Coronavac, também aplicada no Brasil. Na Argentina, a dinâmica foi semelhante, mas com os argumentos críticos vindos, no caso, da direita.

Mas as causas de natureza mais estrutural também influem, especialmente nos países mais desiguais. O nível de escolaridade determina a disposição de ser vacinado em parcela não insignificante de brasileiros, colombianos e mexicanos.

Isso indica que, pelo menos nos países citados, a circulação de argumentos contra o vírus segue padrões diferentes por segmento socioeconômico. Os efeitos colaterais, a preferência pela espera ou a sensação de não precisar (que tem aumentado lenta, mas continuamente em todos os países desde meados de abril), bem como a desconfiança generalizada nas vacinas ou a preocupação com o possível custo, podem ser disseminados com força particular por essas camadas menos escolarizadas devido à falta de informação e de tempo disponível para analisá-la. Já o caso argentino é marcante. Lá, a proporção de dúvida não muda apenas em função do nível de escolaridade alcançada. A Argentina, portanto, representa um exemplo de que a educação pode jogar a favor e contra do próprio critério.

Cada vez mais, o discurso vacina-ceticismo latino-americano está se transformando em uma conversa de dúvida em relação a opções específicas, não ao conjunto delas. Nisso, a situação atual difere do retrato tradicional do discurso antivacinas, que tende a rejeitar totalmente todas ou quase todas. Com a covid-19, o destaque das empresas farmacêuticas (e Governos) que promoveram cada desenvolvimento de imunizantes, e a inserção dessa mistura de mercado e diplomacia em contextos polarizados, acabou produzindo em muitos deles o apego ou a rejeição específica por esta ou aquela vacina.

Esse parece ser o caso da Argentina. De acordo com o relatório recentemente publicado sobre discursos de ódio, do Laboratório de Estudos sobre Democracia e Autoritarismo, embora para 30% dos argentinos qualquer vacina sirva, outros 20% acreditam que não é necessário se vacinarem ou pensam que há “algo estranho” com as vacinas. Fora disso, a ordem de preferências entre as disponíveis é mais restrita, mas existe.

Mas a verdadeira descoberta do relatório vem do cruzamento dessas preferências com outras, sobre as relações com discursos de ódio. A pesquisa envia a cada consultado três frases para verificar seu apego ou censura a discursos de linha xenófoba, racista ou transfóbica. Constrói com todas elas um índice de apoio, indiferença ou rejeição ao discurso de ódio. E ao cruzar esse índice com a opinião sobre vacinas, emergem certos padrões.

Aqueles que não desejam se vacinar estão mais frequentemente sendo indiferentes ou promovendo esse tipo de discurso. A associação também é forte, mas mais polarizada, com a

Pfizer, vacina que na Argentina foi motivo de polêmica recente porque várias vezes de oposição ao atual Governo de esquerda argumentaram que era esta que deveria ter sido adquirida maciçamente desde o início. Por outro lado, é a russa Sputnik V que permitiu dar impulso ao plano de vacinação no país e aquela que está mais fortemente associada a posições favoráveis a um Governo que se vangloria de sua capacidade de negociação com o laboratório Gamaleya.

O ceticismo argentino em relação às vacinas é apenas uma das muitas faces que esse fenômeno está adquirindo na região. À medida que cada país encontrar seu “teto” de pessoas totalmente dispostas a serem vacinadas, o ceticismo se tornará mais evidente e importante. Mas também poderá ser tarde demais para enfrentá-lo, pois é agora, com a disseminação do uso da vacina, que as percepções e a recepção de novas informações estão abertas na mente dos cidadãos.

Link:<https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-07-26/medo-ou-polarizacao-as-razoes-que-alimentam-o-sentimento-antivacina-na-pandemia-da-america-latina.html>

Espaço AbertoI

Os invisíveis do Brasil pandêmico: o Grito sufocado dos Excluídos

*Por Gabriela Morello e Brena Ferreira**

A primeira edição do Grito dos Excluídos foi datada a partir do ano de 1995. A partir de então, até 2021, sendo sua 27ª edição no referido ano, o Grito dos Excluídos vai às ruas sempre no mesmo período do ano, 7 de setembro, dia da Independência do Brasil. Composto por um conjunto heterogêneo de entidades, se consolidou a partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 1994, onde um dos temas em discussão era o Brasil, alternativas e protagonistas.

O grito dos excluídos é um espaço para aqueles que sentem as problemáticas das desigualdades entaladas na garganta. Mais do que um movimento, é um espaço para aqueles que querem se mobilizar e se articular contra as mazelas das desigualdades sociais, para a construção de uma sociedade brasileira mais igualitária, defensora de direitos essenciais e no questionamento e reflexão sobre o que significa ser um Brasil Independente. Composto por movimentos sociais, igrejas, indivíduos e entidades, o Grito dos Excluídos integra vozes e propósitos na luta, na busca e na reivindicação por uma sociedade mais equitativa e inclusiva para a consolidação do direito à cidadania para todos os cidadãos brasileiros.

Com base no contexto político, econômico e social da atualidade, o Grito dos Excluídos tem um papel fundamental na reflexão e nas denúncias a serem feitas às políticas coercitivas, precárias e insuficientes do Estado para com a população. Com a crise sanitária mundial, as desigualdades sociais já existentes na sociedade brasileira se aprofundaram de tal modo que a pobreza e a fome se tornaram a realidade de diversas famílias brasileiras.

No Brasil atual, os excluídos não se restringem aos quase 600 mil que perderam suas vidas para o vírus da Covid-19, tem-se uma grande massa de pessoas excluídas em vida, invisíveis perante ao governo vigente. Esses excluídos e invisíveis têm convivido com a fome e a insegurança alimentar, somado a isso se tem o genocídio promovido pelas forças coercitivas

do Estado, contra a população periférica negra e à população indígena. Acrescido ao direito à vida negado aos cidadãos, a população tenta sobreviver com o alto índice de inflação do país, que encarece e precariza as formas mais básicas de sobrevivência, como o gás de cozinha e os alimentos nos mercados. É evidente o descompromisso do governo com a vida da população brasileira, nega-se a determinadas parcelas da sociedade, a dignidade, vemos diariamente a vida dessas pessoas serem banalizadas.

A normativa vigente busca desumanizar negros, pobres, indígenas, de forma que todo tipo de violação seja permitida ou “justificável” quando direcionadas a essas populações. E, é evidente na conjuntura atual, que a mesma tem conseguido êxito em tal objetivo. Um fator importante para essa desumanização de determinadas classes sociais e o que possibilita que essas violações de direitos aconteçam é a forma como a mídia por vezes retrata o drama dessas populações, a exemplo, o problema da fome. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2021, por meio de um inquérito em âmbito Nacional sobre Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil, analisou que 116, 8 milhões de brasileiros convivem com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não têm alimentos suficientes e que 19 milhões de brasileiros enfrentam a fome que os vem assolando.¹

O discurso midiático, principalmente o televisivo, vem acompanhado de alternativas que não irão efetivamente acabar com o problema, não fazem parte da realidade de grande parte dessas pessoas, isso quando não culpabilizam o próprio oprimido por estar em uma situação de vulnerabilidade, culminando na individualização de problemas que são coletivos e, que consequentemente, são ignorados a origem e o porquê de problemas sociais se concentrarem em uma determinada parte da população.

A responsabilização do indivíduo por problemas gerados pelas desigualdades não são somente parte de um projeto de governo, mas de um projeto de sociedade capitalista neoliberal, que caso uma parcela da população não atenda plenamente seus objetivos, a ela é negado o direito à vida, ao prestígio, ao respeito e até a possibilidade de ser enxergada enquanto ser humano.

Nesse sentido, o movimento do Grito dos Excluídos se faz importante e fundamental para denunciar essas lacunas sociais, principalmente nesse caos social, em que o Estado e as práticas neoliberais e conservadoras do governo tem sido ainda mais cruéis, buscando impossibilitar de todas as formas possíveis a mobilização da população, aviltando direitos fundamentais para a sobrevivência das classes sociais subalternas. Para além do âmbito das denúncias, pode-se pensar o Grito dos Excluídos como um dos caminhos para reviver o espírito de luta da coletividade e de superação, a fim de que essas violações, as lacunas sociais excludentes, a pobreza e a pauperização sejam cada vez menos presentes na realidade da população brasileira.

Um caminho longo, que precisamos, com urgência, voltar a trilhar, de modo que a coletividade da classe trabalhadora seja prioridade nos discursos de projetos, programas e movimentos sociais como esse, comprometidos em romper com a sociabilidade capitalista e

¹ Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>

não com uma convivência negociada e silenciada pelo sistema. Sem esse rompimento, estaremos sempre com soluções paliativas e sem soluções concretas, acabando por nos distanciar da real luta por emancipação e equidade social e nos aproximando cada vez mais da normativa neoliberal, que vem se moldando e lucrando com pautas dos povos excluídos. É de fato uma derrota para o povo que tem visto seus direitos sociais, civis e políticos sofrendo constantes desmontes. Entretanto, é necessário recomeçar, acertando os equívocos cometidos, buscando os porquês e as gêneses dos problemas atuais e para isso é essencial fazer com que as classes empobrecidas se enxerguem, entendam e se sintam pertencentes a essa luta.

Ressaltamos, sobretudo, que a edição de 2021 do Grito dos Excluídos neste 7 de setembro, foi um ato de grande coragem. Coragem, para não se fazer calar a voz dos excluídos frente às ameaças que o antecederam, aos atos neofacistas que aconteciam na mesma data e defender a democracia e os direitos conquistados ao longo da trajetória histórica do país, num contexto tão conturbado.

***Bolsistas pesquisadoras do PROEALC e Graduandas do curso de Serviço Social da UERJ**

Referências

AQUINO, Francisco Junior. Grito dos Excluídos em tempos de pandemia. Brasil de Fato. 30 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2021/08/30/artigo-grito-dos-excluidos-em-tempos-de-pandemias>> Acesso em: 7 de out. 2021.

ASSUNÇÃO, Clara. Grito dos Excluídos: voz aos que tiveram o direito à vida negado por Bolsonaro. Brasil de Fato. 27 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/27/grito-dos-excluidos-voz-aos-que-tiveram-o-direito-a-vida-negado-por-bolsonaro>> Acesso em: 8 de outubro de 2021.

BARROS, Marcelo. Grito dos Excluídos, mutirão pela vida. Brasil de Fato. 6 de set. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2021/09/06/grito-dos-excluidos-mutirao-pela-vida>> Acesso em: 9 de out. 2021.

Entidades realizam balanço do Grito dos Excluídos de 2021. Brasil de fato. 6 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2021/10/06/entidades-realizam-balanco-do-grito-dos-excluidos-de-2021>> Acesso em: 8 de out. 2021.

"Fora, Bolsonaro" e Grito dos Excluídos mobilizam 200 cidades contra a fome e pela democracia. Brasil de Fato, 7 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/07/fora-bolsonaro-e-grito-dos-excluidos-mobilizam-200-cidades-contr-a-fome-e-pela-democracia>> Acesso em: 8 de out. de 2021.

GRITO DOS EXCLUÍDOS. Grito dos Excluídos: vida em primeiro lugar, c. 2018. História. Disponível em: <<https://www.gritodosexcluidos.com/historia>> Acesso em: 10 de out. 2021.

LACERDA, Nara. Grito dos Excluídos e Excluídas chega aos 27 anos; conheça sua história. Brasil de fato. 7 de set. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/07/grito-dos-excluidos-e-excluidas-chega-aos-26-anos-conheca-sua-historia>> Acesso em: 9 de out. 2021.

MAGRI, Diogo; LUIZ, Bruno; SENA, Marília. Mesmo com receio de confronto, opositores marcam posição contra Bolsonaro. Brasil El País. 8 de set. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-08/mesmo-com-receio-de-confronto-opositores-marcam-posicao-contra-bolsonaro-no-feriado.html>> Acesso em: 7 de out. 2021.

Agenda Acadêmica

III Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade e V Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado

Tema: Direitos Humanos, Cidadania e Processos democráticos na América Latina.

Apresentação: O III Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade & V Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado, foi realizado nos dias 20 a 23 de setembro de 2021, em Plataforma totalmente online, sendo organizado pelo Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado, da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, de Criciúma/SC. A temática deste ano teve como pauta "*Direitos humanos, democracia e políticas públicas no contexto da COVID-19*". O evento contou com minicursos, apresentações de trabalhos, além de palestras com conferencistas renomados ligados à temática do evento.

Data: 20 a 23 de setembro de 2021.

Para mais informações:

<https://doity.com.br/iii-seminario-internacional-em-direitos-humanos-e-sociedade>

III Colóquio Decolonialidade e Direitos Humanos na América Latina (UFPEL, FURG, UCPEL)

Tema: Lutas sociais na América Latina, violação de direitos humanos e decolonialidade.

Apresentação: O Colóquio Decolonialidade e Direitos Humanos na América Latina, organização conjunta entre os Programas de Direito e Justiça Social (FURG), Direito (UFPEL) e Política Social e Direitos Humanos (UCPEL), chegou a sua terceira edição no formato online. Assim, a proposta teve como finalidade discutir criticamente a intensificação dos ataques aos povos originários, tradicionais e a violação dos direitos humanos sob perspectiva decolonial.

Data: 30 de setembro a 01 outubro de 2021.

Acesso às conferências: https://m.youtube.com/channel/UCJ-UPeDpM8q571-n0Yn5_WQ

X Fórum de Debates sobre Povos e Culturas das Américas

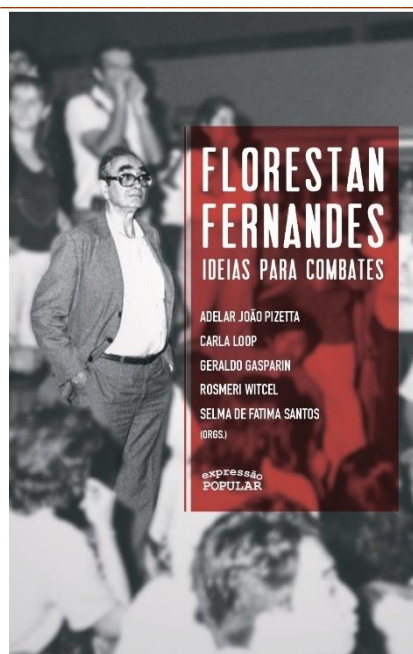
Tema: Globalização, Pandemia e o Futuro da Democracia, crises, rumos e desafios.

Apresentação: O Comitê Organizador do X Fórum de debates sobre Povos e Culturas das Américas convidou integrantes da academia e da comunidade para discutir questões pertinentes à preservação dos processos democráticos latinoamericanos, com base na temática Globalização, Pandemia e o Futuro da Democracia crises, rumos e desafios. O Fórum de debates é um encontro bianual organizado

pelo Núcleo de Estudos das Américas/NUCLEAS da UERJ, em parceria com as Faculdades de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ.

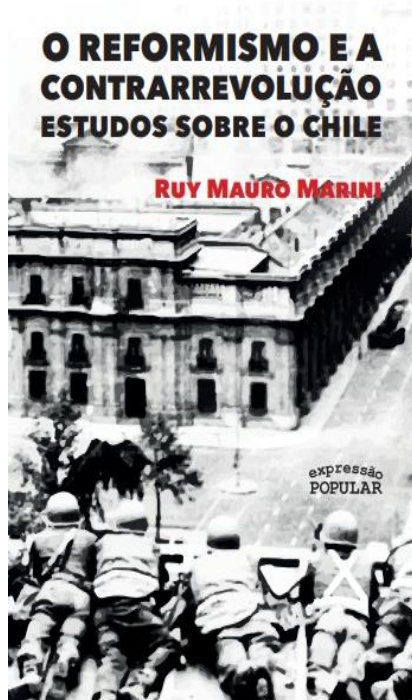
Data: 25 a 29 de outubro de 2021.

Lançamentos



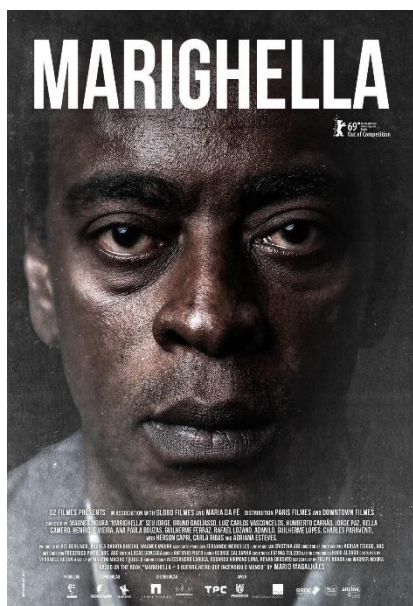
FLORESTAN FERNANDES: IDEIAS PARA COMBATES. Adelar João Pizetta · Carla Loop · Geraldo Gasparin, Rosmeri Witcel · Selma de Fatima Santos (orgs.) · Editora Expressão Popular. 2021.

Sinopse: “*Florestan Fernandes: ideias para combates* – reúne um conjunto de reflexões em torno da vida e da obra deste que além de ter sido um grande intelectual foi também um socialista revolucionário que se dedicou a pensar a realidade brasileira para poder transformá-la. Os textos organizados neste livro são o resultado das elaborações teóricas dos educadores e educadoras que contribuíram no curso “Legado teórico e político de Florestan Fernandes”, organizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF e o MST, mostrando que o seu pensamento está mais vivo do que nunca nas lutas sociais, nos processos de formação e na vida do povo brasileiro que não se resignou.”



O REFORMISMO E A CONTRARREVOLUÇÃO - ESTUDOS SOBRE O CHILE. Ruy Mauro Marini. Editora Expressão Popular. 2021.

Sinopse: “Embora estude o Chile na década de 1970, *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile* é um livro imprescindível à compreensão do Golpe de Estado de 2016 no Brasil e de seus desdobramentos. Sobre o golpe de 1973, Ruy Mauro Marini indica que “diante do fracasso de suas aspirações eleitorais, as classes dominantes reviram sua estratégia para enfrentar o movimento popular e promover a derrocada do governo”. Esta ofensiva, de corte abertamente fascista, não poderia, contudo, ser dissociada das estratégias perpetradas pela própria esquerda chilena – que se dividira entre uma estratégia reformista e uma estratégia revolucionária. Nesta última, o governo da Unidade Popular não poderia ser considerado como etapa prévia ao processo revolucionário, mas como parte de um mesmo processo, a ser continuamente radicalizado pelos setores cuja consciência permitisse cumprir o papel de vanguarda na luta de classes.”



Filme: MARIGHELLA. Direção: Wagner Moura. GLOBO Filmes. 2021.

Sinopse: “Comandando um grupo de jovens guerrilheiros, Marighella tenta divulgar sua luta contra a ditadura para o povo brasileiro, mas a censura descredita a revolução. Seu principal opositor é Lúcio, policial que o rotula como inimigo público. Neste filme biográfico, acompanhamos a história de Carlos Marighella, em 1969, um homem que não teve tempo pra ter medo. De um lado, uma violenta ditadura militar. Do outro, uma esquerda intimidada. Cercado por guerrilheiros 30 anos mais novos e dispostos a reagir, o líder revolucionário escolheu a ação. Marighella era político, escritor e guerrilheiro contra a ditadura militar brasileira.”

Expediente

Reitor

Prof. Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Mario Sérgio Alves Carneiro

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Lincon Tavares Silva

Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Luis Antônio C. P. Da Mota

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Claudia Gonçalves Lima

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Profa. Dirce Eleonora N. Soles

Coordenadora do PROEALC

ProfªSilene de Moraes Freire

Editora Responsável

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Jorge Eduardo da Silva Figueiredo (PROATEC IV)

Coordenação de Produção

Brena da Silva Ferreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Gabriela Carolina Mendes Morello

(PROEALC/CCS/UERJ)

Liana Santos de Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Vitor de Araujo Ferreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Diagramação

Vitor de Araujo Ferreira e Natalia Figueiredo

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.